

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA

PROJETO DE LEI Nº 7.801, DE 2010

Acrescenta art. 326-A à Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 (Código de Trânsito Brasileiro), para reconhecer o Dia Mundial em Memória das Vítimas do Trânsito.

Autor: Senado Federal

Relator: Deputado Maurício Quintella Lessa

I – RELATÓRIO

O Projeto de Lei nº 7.801, de 2010, de autoria do Senador Gerson Camata, ao acrescentar dispositivo ao Código de Trânsito, intenta normatizar o reconhecimento do terceiro domingo do mês de novembro de cada ano como o Dia Mundial em Memória das Vítimas do Trânsito.

Na Justificação, o Autor explica que a proposição visa a atender o convite formulado pela Assembleia Geral da ONU a todos os Estados-Membros, por meio da Resolução 60/5, de 1º de dezembro de 2005, para que reconheçam o terceiro domingo do mês de novembro de cada ano como o Dia Mundial em Memória das Vítimas do Trânsito.

Na Casa iniciadora, o projeto foi apreciado favoravelmente pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte, a quem coube proferir decisão terminativa sobre a matéria.

Na Câmara dos Deputados, a matéria, sujeita à apreciação conclusiva pelas Comissões, foi distribuída inicialmente à Comissão de Educação e Cultura, obtendo parecer favorável.

O projeto chega assim a esta Comissão, a quem incumbe proceder à análise de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, nos termos do art. 54 do Regimento Interno.

Conforme atesta a Secretaria desta Comissão, no prazo regimental não foram apresentadas emendas.

É o relatório.

II - VOTO DO RELATOR

Ao analisar a proposição, constato que foram observados os requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União, às atribuições do Congresso Nacional e à iniciativa parlamentar. De igual maneira, foram respeitadas as demais normas e princípios constitucionais de cunho material.

A única objeção que se poderia aventar, quanto à constitucionalidade formal do projeto, refere-se à reserva legislativa do Executivo no tocante a criação de datas comemorativas e feriados nacionais. Contudo, não é essa a hipótese que se nos apresenta.

Há que se atentar, primeiramente, de que não se trata de criação de data nacional e sim do reconhecimento normativo de uma situação de fato já acolhida pelo Governo brasileiro, qual seja, a data criada internacionalmente pela ONU, em ato que teve a anuência da delegação brasileira.

E tanto assim que, já em 2007, o Brasil inseriu na programação da I Semana Mundial das Nações Unidas sobre Segurança Viária atividades relativas ao Dia Mundial em Memória das Vítimas de Acidentes de Trânsito. De sorte que, em 2008, 2009 e 2010, sob a coordenação do Ministério da Saúde, foram realizadas diversas atividades em várias cidades brasileiras em razão daquela data, que já se encontra inserida no calendário de eventos patrocinados pelos órgãos gestores da saúde, transportes e educação do Poder Executivo. Não há, portanto, que se falar em qualquer usurpação de competência ou sujeição do Executivo à vontade normativa do Legislativo.

Quanto à juridicidade e técnica legislativa, também não vislumbro qualquer óbice ao prosseguimento do projeto.

Pelas precedentes razões, manifesto meu voto pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica do Projeto de Lei nº 7.801, de 2010.

Sala da Comissão, em de de 2011.

Deputado MAURÍCIO QUINTELLA LESSA
Relator